

Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.
CNPJ 21.813.291/0001-07



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos

auditorês independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

(CPC). A Companhia apurou, em 2017, lucro líquido de R\$22,5 milhões, aumento de 53,0% em relação ao lucro auferido em 2016 que foi de R\$14,7 milhões.

A ADMINISTRAÇÃO

| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 | | | | | |
|--|----------|---------------|---------------|---|----------|
| (em milhares de reais) | | | | | |
| | Notas | 2017 | 2016 | | |
| Ativo | | | | Passivo | |
| Ativo circulante | | 34.884 | 23.943 | Passivo circulante | |
| Disponível | – | 10 | 94 | Contas a pagar | |
| Caixa e bancos | – | 10 | 94 | Obrigações a Pagar | |
| Aplicações financeiras | | 29.316 | 20.322 | Dividendos a pagar | |
| Aplicações financeiras | 5 | 29.316 | 20.322 | Encargos trabalhistas, Impostos e encargos sociais a recolher | |
| Títulos e créditos a receber | | 5.558 | 3.527 | Impostos e Contribuições | |
| Títulos e créditos a receber | 6 | 5.289 | 3.065 | Outras contas a pagar | |
| Créditos tributários e previdenciários | – | 238 | 457 | Patrimônio líquido | |
| Outros | – | 31 | 5 | Capital social | |
| Ativo não circulante | | 185 | 451 | Capital social | 10.1 |
| Imobilizado | – | 145 | 380 | Reservas de lucros | 10.2 |
| Intangível | – | 40 | 71 | Dividendos adicionais propostos | – |
| Total do ativo | – | 35.069 | 24.394 | Total do passivo e patrimônio líquido | – |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 | | | | | | |
|---|-------------------|---------------|------------------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|
| (em milhares de reais, exceto onde mencionado) | | | | | | |
| Descrição | Reserva de lucros | | | | | |
| | Capital social | Reserva legal | Total das reservas de lucros | Dividendos adicionais Propostos | Lucros acumulados | Patrimônio Líquido |
| Saldos em 01/01/2016 | 1.708 | 342 | 342 | 6.812 | – | 8.862 |
| Dividendos adicionais propostos - R\$3,98 (em reais) por lote de mil ações ON | – | – | – | (6.812) | – | (6.812) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | 14.737 | 14.737 |
| Destinação do lucro líquido do período: | | | | | | |
| Obrigatórios - R\$2,16 (em reais) por lote de mil ações ON | – | – | – | – | (3.685) | (3.685) |
| Dividendos adicionais propostos - R\$6,47 (em reais) por lote de mil ações ON | – | – | – | 11.052 | – | 11.052 |
| Saldos em 31/12/2016 | 1.708 | 342 | 342 | 11.052 | – | 13.102 |
| Saldos em 01/01/2017 | 1.708 | 342 | 342 | 11.052 | – | 13.102 |
| Dividendos adicionais propostos - R\$3,98 (em reais) por lote de mil ações ON | – | – | – | (11.052) | – | (11.052) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | 22.548 | 22.548 |
| Destinação do lucro líquido do exercício: | | | | | | |
| Obrigatórios - R\$3,30 por lote de mil ações ON | – | – | – | – | (5.637) | (5.637) |
| Dividendos adicionais propostos - R\$9,90 (em reais) por lote de mil ações ON | – | – | – | 16.911 | – | 16.911 |
| Saldos em 31/12/2017 | 1.708 | 342 | 342 | 16.911 | – | 18.961 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de janeiro de 2015, domiciliada no Brasil, com sede no Estado e Cidade de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Al. Norte, Sala II, e tem como objeto social a administração e gestão de fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários, constituídos no Brasil ou no exterior, podendo participar em outras sociedades. A Companhia tem como acionistas a Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI), que detém 90% de participação, e a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA, SAUDE), que detém 10% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas formado pela Sul América S.A e suas controladas, que é tratado nestas demonstrações financeiras pelo termo "Sul América", a Sul América S.A. (SASA) tem como principal acionista a Sulapagar Participações S.A. A SASA é uma companhia de capital aberto e publicou em 28/02/2018 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2018. 3. Principais práticas adotadas: 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; O os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; O os créditos tributários não são ajustados a valor presente; 3.2. Ativos financeiros circulantes e não circulantes: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir: 3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, desde que sejam comercialmente negociados, baseados na estratégia de investimento e de acordo com a gestão de riscos documentada. Em 2017, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. 3.2.2. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados, inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente: As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. 3.4. Benefícios a empregados: A Companhia tem como benefício o Plano de Previdência de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. 3.5. Incentivo em ações: A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em remuneração da SASA. A Companhia também concede incentivos em ações da Companhia em troca de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. 3.6. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo distribuído é reconhecida como uma despesa nas demonstrações financeiras. 3.7. Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A principal estimativa relacionada à demonstração financeira refere-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se na nota explicativa de títulos e valores mobiliários (nota 5). 3.8. Normas e interpretações novas e revisadas: 3.8.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2017. A aplicação das novas normas não teve efeito material sobre os montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores. • Modificação aos IAS 7 / CPC 3 (R2) – Inclusão da necessidade de divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa; • Modificações aos IAS 12 / CPC 32 – Alteração do reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS) • Modificação ao CPC IFRS 12 / CPC 46 – Neodados das divulgações requeridas pelos IFRS 12 / CPC 46 para investimentos em outras entidades, no caso de investimentos em entidades mantidas para venda ou distribuição conforme definições dos IFRS 5 / CPC 31. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia. Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial. • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019. A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos do IFRS 16 / CPC 6 (R2). Com relação à adoção do IFRS 9 / CPC 48, não houve impacto material pela adoção do cálculo da provisão para impairment de ativos financeiros com base na perda esperada. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS). Ciclo de 2014 – 2016 • Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contratos de clientes – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40) – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Alterações ao CPC 36 Demonstrações consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em coligada (IAS 28) em relação às operações de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto; • ICP 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiamento – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS). Ciclo de 2015 – 2017 • Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2021. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Gestão de riscos: O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia é feito de forma corporativa e tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento, tem como identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • Identificação dos riscos: Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • Quantificação dos riscos: Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • Resposta aos riscos: De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • Monitoramento e reporte: As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta o processo de primeira gestão estabelecido na primeira linha de defesa e novos controles são criados na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar regularmente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução

| |
|--|
| continuação |
| <div>Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. CNPJ 21.813.291/0001-07</div> |
| <div>Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras</div> |
| <div>Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,</div> |

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ
Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5

Deloitte

SEBRAE

Startup mineira evita a emissão de até 4,8 mil toneladas de CO2 na atmosfera

Em só três anos de mercado, Zumpy alcança a posição de liderança em transporte compartilhado no Brasil e é exemplo clássico de startup inovadora, que cresceu de forma rápida, dentre as tecnologias

Há pouco mais de três anos, o arquiteto urbanista André Andrade, 40 anos, era mais um motorista em meio a milhares que enfrentam diariamente o trânsito caótico das grandes cidades. O ir e vir de casa para o trabalho era um problema com o qual ele convivia a duras penas, como a maioria. Um encontro casual com uma vizinha, contudo, o moveu para mudar aquela realidade. “Ela fazia o mesmo trajeto que o meu todos os dias, em horários compatíveis, mas cada um de nós usava seu próprio carro nesse percurso e, o pior, sozinho”, lembra.

Ele constatou que, assim como ele e sua vizinha, milhares de pessoas poderiam compartilhar seus carros, reduzindo significativamente o número de veículos nos centros urbanos. O incômodo se transformou em atitude empreendedora, dando origem à Zumpy, que hoje é a maior plataforma de caronas solidárias do Brasil.

A empresa já tem 120 mil usuários cadastrados em 1,8 mil municípios brasileiros. Exibe a marca de mais de 470 mil caronas, desde 2015, um movimento que evitou a emissão de 4,8 mil toneladas de CO2 da atmosfera.

A maioria dos usuários do aplicativo está concentrada em Belo Horizonte e São Paulo. Na sequência, vem Brasília, onde a Zumpy fechou contratos de atendimento junto a órgãos federais como, Procuradoria Geral da República, Tribunal de Contas da União, Ministério do Meio Ambiente e Ibama, para citar os principais. “Estamos contribuindo para reduzir congestionamentos e melhorar a qualidade do ar, mas também para aproximar as pessoas”, orgulha-se Andrade, CEO da empresa.

Com esses bons resultados, o empresário se prepara para ganhar o mundo. “Existe a possibilidade de internacionalizar nossa plataforma ainda este ano”, informa o empresário, que

vai apresentar a Zumpy para potenciais investidores em Viena, já em meados de março.

A Zumpy foi a vencedora na categoria Meio Ambiente e Energia Verde do prêmio WSA (World Summit Award), um dos mais importantes em nível internacional para projetos digitais de impacto positivo na sociedade, dentro da Agenda de Sustentabilidade das Nações Unidas. “Vamos iniciar as prospecções na Europa e, em breve, nos EUA”, adianta Andrade, que é mineiro de Viçosa, na Zona da Mata Mineira, radicado em Belo Horizonte.

Em apenas três anos de mercado, a Zumpy alcançou a posição de liderança em transporte compartilhado no Brasil. É um exemplo clássico de startup inovadora, que cresceu de forma rápida, no embalo das tecnologias digitais. A empresa contou com 11 colaboradores para desenvolver a plataforma. Hoje, o Zumpy opera com uma equipe de cinco pro-

fissionais totalmente dedicados ao projeto, além de outras duas pessoas que trabalham remotamente.

O crescimento rápido tem por trás um amplo trabalho de planejamento e gestão. “Em 2015, participamos de um curso de inovação e empreendedorismo promovido pela Universidade de Stanford, com o apoio do Sebrae Minas, da Fumsoft e do BDMG. Nosso projeto foi um dos selecionados e recebemos 90 mil reais para acelerar a plataforma”, conta Andrade. O projeto inovador estava apenas começando.

Lançado em agosto de 2015, o Zumpy já está em sua terceira versão. A mudança mais significativa ocorreu em meados do ano seguinte, quando a empresa reformulou seu modelo de negócio. “Melhoramos muito a interface do aplicativo original com o aporte oferecido pelo Sebrae Minas”, diz Andrade. A startup participou do programa de consultoria tecnológica da instituição, o Sebraetec, para aprimorar a

solução e construir a estratégia de marca do negócio. “Adicionamos muitas ferramentas ao aplicativo, possibilitando ao usuário organizar caronas entre grupos moderados e grupos empresariais ou ainda com amigos do Facebook”, comenta.

No final do ano passado, a empresa deu um novo salto tecnológico. “Lançamos uma terceira versão do aplicativo, que permite o compartilhamento de despesas do transporte”, diz Andrade. Os usuários podem dividir os custos da carona. O pagamento é feito por meio de cartão de crédito, no próprio aplicativo.

A divisão de custos de transporte é prevista em lei e não modifica o caráter da carona solidária. “Você vai compartilhar seu carro com outras pessoas que seguem o mesmo trajeto. Em troca, elas podem contribuir dividindo os custos”, destaca o empresário. Segundo ele, os créditos pagos não podem ser direcionados para contas correntes, apenas con-

vertidos para a manutenção do veículo. A contribuição varia de R\$ 4,00 a R\$ 10,00 dentro das cidades, dependendo dos quilômetros rodados.

Atualmente, os créditos obtidos com as caronas podem ser utilizados na compra de combustível e até pagar o IPVA. Em breve, segundo Andrade, poderão ser utilizados para serviços como troca de pneus, alinhamento, troca de óleo, lavagem ecológica e até na contratação de seguro.

O aplicativo conta com mecanismos de segurança, como a avaliação do passageiro e do motorista. A ferramenta é composta pelo cadastro de rotas, verificação de números de celular e cartão de crédito, além de filtros do perfil das pessoas com quem o usuário quer se deslocar. A interface também permite que as motoristas escolham passageiras mulheres para dar carona, como também permite formar grupos para ir a shows e espetáculos.

FATURAMENTO NO VAREJO

Magazine Luiza tem o melhor trimestre da história e e-commerce já responde por 1/3

O Magazine Luiza (B3:MGLU3), uma das maiores e mais inovadoras plataformas de varejo do Brasil, acaba de comunicar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) seus resultados financeiros do quarto trimestre de 2017.

O ritmo do crescimento das vendas – muito acima da média do varejo de eletroeletrônicos e móveis -- foi um dos destaques. Nos últimos três meses do ano, o faturamento total do Magalu atingiu 4,4 bilhões de reais – elevação de 31% em relação ao mesmo período de 2016. Foi o melhor resultado trimestral da companhia nos últimos cinco anos.

Graças a esse desempenho, o Magalu novamente ganhou participação de mercado nas principais categorias de produtos. No acumulado de 2017, o faturamento da empresa cresceu 28%. Segundo a Pesquisa Mensal de Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PMC-IBGE), no mesmo período, a expansão do varejo brasileiro de eletroeletrônicos e móveis foi de 7,7%.

O crescimento acelerado -- e muito acima da média do mercado -- foi registrado em

todos os canais do Magalu. As vendas digitais – de produtos próprios (1P) e de terceiros (3P) -- cresceram 60% no quarto trimestre, contra os 6,1% do mercado, registrados pelo E-bit.

O marketplace do Magazine Luiza, lançado em 2016 e que já reúne mais de 750 sellers e mais de 1,5 milhão de itens disponíveis, faturou 230 milhões de reais no ano passado. Mais da metade desse valor – 120 milhões de reais – foi registrada nos últimos três meses do ano, o que demonstra o ritmo da adesão de varejistas de todos os portes à plataforma.

No e-commerce tradicional da companhia, cada vez mais clientes optam pelos dispositivos móveis. Em 2017, o número de downloads do aplicativo de vendas para smartphone chegou a 10 milhões. Durante a última Black Friday, em novembro, o app do Magalu foi o mais baixado do Brasil, superando opções de entretenimento e de serviços.

As vendas das lojas físicas também apresentaram forte expansão: 20% entre os meses de outubro e dezembro do ano passado. No critério de vendas

nas mesmas lojas (same store sales), a alta foi de 15%. Em 2017, o Magalu inaugurou 60 lojas físicas, instaladas principalmente na região Nordeste.

O avanço acelerado das vendas é reflexo da estratégia de multicanalidade, adotada pelo Magazine Luiza há duas décadas, e do aprofundamento do movimento de transformação digital da companhia. E-commerce, marketplace e lojas físicas operam de forma integrada, com os mesmos padrões de serviço ao cliente, reduzindo custos e aumentando a rentabilidade.

Um exemplo disso é o Retira Loja, um sistema no qual o comprador adquire os produtos nas plataformas de e-commerce e faz a retirada em uma das 858 lojas físicas do Magalu. Atualmente, 20% das mercadorias vendidas nas plataformas digitais são retiradas nas lojas físicas pelos clientes - em um prazo de até 48 horas.

A execução da estratégia de multicanalidade, com a introdução de tecnologias proprietárias que melhoram a experiência de compra e elevam a produtividade, a continuidade

do programa de Orçamento Base Zero (OBZ) e a gestão matricial de despesas resultaram num aumento expressivo do lucro líquido do Magazine Luiza. No quarto trimestre de 2017, o lucro líquido foi de 166 milhões de reais, crescimento de 260%. No ano, o lucro líquido atingiu 389 milhões de reais, 350% superior ao registrado no ano anterior. Graças ao aumento das vendas, as despesas operacionais foram diluídas em 1,7 ponto percentual.

Nos últimos 12 meses, o Magalu reduziu sua dívida líquida ajustada em 1,8 bilhão de reais. Com isso, a companhia chegou a dezembro de 2017 com a melhor situação de caixa da sua história. Em dezembro, a posição de caixa líquido era de 1,7 bilhão de reais. Esses valores consideram os recursos provenientes da oferta adicional de ações (follow-on), realizada pela companhia em setembro do ano passado.

Os recursos disponíveis serão utilizados, ao longo dos próximos meses, sobretudo em tecnologia e na expansão e transformação da rede de

lojas físicas, que serão transformadas em shoppable distribution centers – pequenas centrais digitalizadas de distribuição de serviços, produtos próprios (inclusive os comercializados pelas plataformas digitais) e mercadorias vendidas pelos sellers integrados ao marketplace.

Atualmente, mais de 450 engenheiros e especialistas trabalham no LuizaLabs, centro de inovação do Magazine Luiza. Organizados em pequenos times, eles são responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologias proprietárias, voltadas para a solução de questões concretas e para a melhoria da experiência de compra em todas as lojas físicas e nas plataformas digitais.

Em 2017, mais de quase 50% dos 171 milhões de reais investidos pela companhia foram direcionados para a área de tecnologia – o que resultou no desenvolvimento de soluções como o Mobile Entregas, um app que permite o tracking detalhado das entregas, e o CDC Digital, um sistema usado pelos vendedores que reduziu significativamente o tempo de aprovação de crédito.

Em abril, o Magalu adquiriu a startup mineira Integra Commerce, especializada na integração de lojistas e marketplaces. A compra da Integra foi fundamental para a aceleração do crescimento do marketplace da companhia.

O movimento de transformação digital e seus resultados fizeram com que, recentemente, a revista americana Fast Company incluisse o Magalu entre as 10 empresas mais inovadoras da América Latina.

A Luizacred, associação entre o Magazine Luiza e o Itaú Unibanco responsável pelo financiamento de parte representativa das vendas da companhia, fechou 2017 com uma base total de 3,4 milhões de cartões emitidos. Nos últimos três meses do ano, o faturamento do Cartão Luiza dentro das lojas cresceu 52%.

A carteira de crédito da Luizacred, incluindo cartão de crédito, CDC e empréstimo pessoal, alcançou 5,7 bilhões de reais ao final do exercício, um crescimento de 27% em relação ao ano anterior, e ainda com o menor nível de inadimplência da história.